

Sintuperj, Reitoria e Governo negociam pauta do movimento grevista dos técnicos



A Diretoria Executiva do Sintuperj participou na noite desta terça-feira, dia 19/07, de uma reunião com representantes do Governo do Estado e da Administração Central da Uerj para debater questões referentes a pauta do movimento grevista dos servidores técnico-administrativos da Universidade. Além do coordenador geral Jorge Luis Mattos de Lemos (Gaúcho) e da coordenadora de Administração e Finanças

Cássia Santos, estiveram presentes na mesa de negociações o interlocutor do Executivo estadual na Alerj e líder do Governo na casa, deputado estadual Edson Albertassi (PMDB) e o secretário estadual de Ciência e Tecnologia Gustavo Tutuca. Representando a Uerj, estiveram na reunião o reitor Ruy Garcia Marques, a vice-reitora Maria Georgina Muniz Wasington e o assessor Celso de Oliveira Santos, que também é servidor técnico-

administrativo da casa. Os representantes do Sindicato e do governo debateram por mais de uma hora as reivindicações da categoria de técnicos da Uerj, que está em greve desde o dia 07/03, buscando garantir e recuperar direitos da categoria e também avançar em pontos considerados importantes para a melhoria do serviço público. Os coordenadores do Sintuperj Jorge Luis Mattos de Lemos (Gaúcho) e Cássia Gonçalves, durante reunião na Alerj

Confira algumas discussões travadas nesta reunião:

Adicional de Insalubridade:

Visando corrigir uma distorção histórica, os representantes do Sintuperj defenderam o cálculo do adicional de insalubridade sobre o salário-base dos servidores da Uerj, que atualmente é feito sobre o salário mínimo. Ficou garantida pelo Governo a adoção de um escalonamento em seis parcelas a partir de janeiro de 2017, sendo uma contemplada a cada seis meses (o que dá um total de 36 meses).

Houve também a discussão sobre o direito do servidor de levar os adicionais de insalubridade e de periculosidade para a aposentadoria, que pode ser questionada judicialmente. Neste ponto, o coordenador geral Jorge Gaúcho alertou que os trabalhadores da Uerj já estão sendo bem sucedidos em questões judiciais sobre o tema, por essa possibilidade já estar contemplada na lei que regulamenta o Plano de Carreira (Lei 6.701/2014). Os representantes do Governo ressaltaram que essa discussão ainda está em aberto, pois é interesse do Executivo estadual resolver essa questão.

Jornada de 30 horas semanais para as profissões com carga horária regulamentada:

Neste ponto, os representantes

do Governo garantiram a regulamentação de 30 horas semanais sem redução dos salários para as profissões com carga horária regulamentada por lei, mas ressaltaram que a única preocupação é que essa medida não gere demanda por novos servidores durante a atual gestão estadual. Os representantes da Reitoria da Uerj ressaltaram que a adoção da jornada de 30 horas semanais não irá onerar os cofres públicos, pois já é uma prática comum em diversos setores da Universidade.

Interstício de 24 meses para todos os níveis:

O Sintuperj reivindicou a alteração do interstício para a progressão na carreira para todos os níveis, de três para dois anos. Os representantes do Governo garantiram a correção desses interstícios para maio de 2017.

Reenquadramento do Nível Superior:

Visando corrigir uma distorção do Plano de Carreira dos técnicos (Lei 6.701), o Sintuperj reivindicou que o reenquadramento do nível Superior, que na época da lei 6.701 era de três anos de efetivo exercício na Uerj para cada nível, seja corrigido para dois anos de efetivo exercício como foram os reenquadramentos das demais categorias de técnicos. O Governo garantiu essa alteração nos reenquadramentos para

12 meses a partir da data da vigência da futura lei.

Destramento do Plano de Carreira com criação de seis padrões e reenquadramento de todos os servidores técnico-administrativos:

Neste ponto houve a maior resistência por parte do Governo, que afirmou se tratar de uma reivindicação que irá gerar um grande impacto financeiro. Depois de muitas tentativas e argumentações por parte dos representantes do Sintuperj, o deputado estadual Edson Albertassi garantiu a ampliação de seis padrões (com o plano passando a ter 16 padrões de progressão em vez dos 10 atuais) passando a progressão geral de todos os servidores em um nível.

Além desses pontos de discussão, também houve a garantia por parte dos representantes do Governo para o repasse emergencial de verbas que garantam a retomada das atividades de todos os campi da universidade e a manutenção do Hupe e da PPC.